

Capitalismo periférico: do desenvolvimento atrofiado à reiteração das desigualdades globais

Ronaldo Fabiano dos Santos Gaspar¹

Resumo: Após a II Guerra Mundial, parte importante do eixo industrial dos países centrais deslocou-se do Ocidente para o Japão, Tigres asiáticos e, mais recentemente, China. Nesse período, países como Argentina, México, Brasil e África do Sul também passaram por forte industrialização. Porém, eles nunca foram centrais como o Japão e nem experimentaram as condições excepcionais que permitiram aos Tigres asiáticos ascenderem a essa posição. Igualmente, também não se tornaram, como a China, um misto de atraso e modernidade permeado por muitas indústrias de alta tecnologia e pesquisa de ponta. Por meio da apresentação e análise de algumas informações econômicas e sociais obtidas em bancos de dados de organismos internacionais, objetiva-se demonstrar como a imensa maioria dos países de industrialização hipertardia continua ocupando posições desfavoráveis na divisão mundial do trabalho, na hierarquia de poder dos estados e reproduzindo enorme desigualdade interna entre seus cidadãos. Nesse sentido, por subvalorizar as lutas de classes nacionais e a força econômica inibidora que é a concorrência das empresas dos países centrais, considera-se que, cultivando expectativas de desenvolvimento sem rupturas revolucionárias, as ideias reformistas precisam ser definitivamente enterradas.

Palavras-chave: capitalismo; sistema-mundo; países centrais; países periféricos; China.

Peripheral capitalism: from stunted development to the reiteration of global inequalities

Abstract: After the II World War, an important part of the industrial axis of the central countries moved from the West to Japan, Asian Tigers and, more recently, China. During this period, countries like Argentina, Mexico, Brazil and South Africa also underwent strong industrialization. However, they were

¹ Doutor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Autor de *John Stuart Mill: apontamentos críticos às relações entre propriedade, liberdade e poder político* (Charleston, USA: CreateSpace, 2014) e co-organizador de *Cem anos da Revolução de Outubro (1917-2017): balanços e perspectivas* (Londrina: Eduel, 2020). E-mail: ronaldogaspar@uel.br.

never as central as Japan, nor did they experience the exceptional conditions that allowed Asian Tigers to rise to that position. Nor have they, like China, become a mixture of backwardness and modernity permeated by many high-tech and cutting-edge research industries. Through the presentation and analysis of some economic and social information obtained from databases of international organizations, the objective is to demonstrate how most countries with hyper late industrialization continue to occupy unfavorable positions in the world division of labor, in the hierarchy of power of the States and reproducing enormous internal inequality among its citizens. In this sense, by underestimating the struggles of national classes and the inhibiting economic force that is the competition of companies from central countries, it is considered that, cultivating expectations of development without revolutionary ruptures, reformist ideas must be definitively buried.

Keywords: capitalism; world-system; central countries; peripheral countries; China.

Capitalismo periférico: del desarrollo atrofiado a la reiteración de las desigualdades globales

Resumen: Después de la II Guerra Mundial, una parte importante del eje industrial de los países centrales se trasladó de Occidente a Japón, Tigres asiáticos y, más recientemente, China. Durante este período, países como Argentina, México, Brasil y Sudáfrica también experimentaron una fuerte industrialización. Sin embargo, nunca fueron tan centrales como Japón, ni experimentaron las condiciones excepcionales que permitieron a los Tigres asiáticos llegar a esa posición. Tampoco, como China, se han convertido en una mezcla de atraso y modernidad permeada por muchas industrias de investigación de alta tecnología y de vanguardia. A través de la presentación y análisis de alguna información económica y social obtenida en bases de datos de organismos internacionales, el objetivo es demostrar cómo la gran mayoría de países con industrialización muy tardía continúan ocupando posiciones desfavorables en la división mundial del trabajo, en la jerarquía de poder de los estados. y reproducir una enorme desigualdad interna entre sus ciudadanos. En este sentido, al subestimar las luchas de clases nacionales y la fuerza económica inhibidora que es la competencia de las empresas en los países centrales, se considera que, cultivando expectativas de desarrollo sin rupturas revolucionarias, las ideas reformistas deben ser definitivamente enterradas.

Palabras clave: capitalismo; sistema-mundo; países centrales; países periféricos; China.

Introdução

Nas décadas imediatamente subsequentes à II Guerra Mundial, em meio à guerra fria e à descolonização da África e da Ásia, a industrialização de alguns países periféricos (na linguagem da época, atrasados) surpreendeu e criou expectativas em relação à diminuição da distância econômica e social ante os países centrais² (industrializados). Inspirados nas experiências de intervenção estatal ocorridas na Alemanha, Japão, Estados Unidos e na União Soviética, e influenciados pelas elaborações teóricas keynesianas, muitos intelectuais se dedicaram a analisar os motivos pelos quais a maioria dos países se mantinha em condição de atraso. O próprio objeto de análise, porém, os impulsionava a se afastarem de uma visão meramente contemplativa dos problemas; por isso, a maioria tinha por objetivo contribuir para que os países periféricos iniciassem ou intensificassem a sua industrialização e superassem os seus mais graves problemas econômicos e sociais³. Entre os estadunidenses, a busca pela compreensão da nova realidade também visava a orientar ações de modo a consolidar a recém-conquistada posição do país como potência hegemônica do mundo capitalista⁴ e modelo para as outras nações (ROSTOW, 1964).

Como lembra Immanuel Wallerstein, “em 1945, o mundo mudou de maneira decisiva, e como resultado de tal configuração as ciências sociais se viram submetidas a importantes desafios” (WALLERSTEIN, 2005, p. 23). Sendo que, naquele momento, “o desenvolvimento passou a ser o novo assunto centralizador do trabalho intelectual” (2002, p. 123). Para Arndt, importante historiador da ideia de desenvolvimento, este era entendido basicamente como “sinônimo de crescimento da renda *per capita* nos países menos desenvolvidos” (ARNDT, 1981, p. 485). Mesmo um marxista como Paul Baran

² Centro e periferia são “nomes que na verdade refletem a estrutura geográfica dos fluxos econômicos” (WALLERSTEIN, 2001, p. 30).

³ Dentre os muitos intelectuais da época, o engajamento científico e político do brasileiro Celso Furtado foi certamente um caso exemplar: “a análise dos processos econômico-sociais não tem outro objetivo senão produzir um guia para a ação. Em verdade, essa mesma análise aponta para a ação” (FURTADO, 1962, p. 16).

⁴ Segundo Immanuel Wallerstein (2015, p. 24), “o estado ‘mais desenvolvido’ podia ser oferecido como modelo para os estados ‘menos desenvolvidos’, exortando-os a iniciarem um certo tipo de ação mimética que promettesse encontrar uma melhor qualidade de vida e uma estrutura governamental mais liberal (‘desenvolvimento político’) ao final do arco-íris. Isso era obviamente uma ferramenta intelectual útil para os Estados Unidos, e seu governo e suas instituições fizeram todo o possível para incentivar a expansão dos estudos de área em grandes (e até pequenas) universidades”.

(1986, p. 132) assim o definia: “o que caracteriza todo país subdesenvolvido, o que na realidade responde pela sua classificação como subdesenvolvido, é a exiguidade de seu produto social *per capita*”. Mas, com abordagens e matizes variadas, o termo desdobrou-se em novas dimensões – social, política, ambiental, cultural etc. (MOREIRA, CRESPO, 2012). Surgiram campos de conhecimento próprios no interior de ciências sociais, como a economia do desenvolvimento (AGARWALA, SINGH, 2010; BRANDÃO, 2018) e a sociologia do desenvolvimento (FERREIRA, 1993). Contudo, apesar das especificidades e ênfases, a industrialização era (e, em geral, ainda é) vista como cerne do desenvolvimento e “um imperativo no processo de *catch up*” dos países periféricos em relação aos centrais (NAYYAR, 2013, p. 98).

Por décadas, sob governos mais à direita ou mais à esquerda, de feições mais autocráticas ou democráticas, muitos países periféricos se urbanizaram e desenvolveram alguma produção industrial. Em certos aspectos, alguns países “atrasados” se “modernizaram”. Poucos, porém, construíram um parque industrial com elevado grau de complexidade, conjugando indústrias de bens de consumo não-duráveis, duráveis e até mesmo de bens de capital. Embora em novas condições, “a divisão axial do trabalho numa economia-mundo capitalista [continuou a dividir] a produção em produtos centrais e produtos periféricos” (WALLERSTEIN, 2005, p. 43). Dentre os periféricos que alcançaram uma industrialização mais complexa estão Argentina, Brasil, México, Índia, África do Sul e poucos outros. Segundo Wallerstein,

o que todos os países não-centrais membros das Nações Unidas – da URSS à Argentina, da Índia à Nigéria, da Albânia a Santa Lúcia – tinham em comum era o objetivo público geral de aumentar a riqueza da nação e modernizar a sua infraestrutura. Também era compartilhado o otimismo subjacente a esse objetivo. A isto se somava a ideia de que seria mais fácil atingir o objetivo com a plena participação no sistema internacional (2002, p. 122).

Para a economista Alice Amsden (2009, p. 29), “a ascensão do ‘resto’ foi uma das mudanças fenomenais da segunda metade do século XX”. E ela tem razão. Mas, qual o saldo econômico e político dessa ascensão/modernização para a resolução dos problemas estruturais desses países? Diminuiu a diferença da renda *per capita* ou eliminou a dependência tecnológica e financeira em relação aos países centrais (governos, empresas e bancos)? Suas estruturas econômicas se tornaram mais homogêneas? Foram criadas condições socioeconômicas compatíveis com sociedades menos desiguais e mais democráticas? E mais, é racional manter a expectativa de superação desses problemas sob o domínio do capital? Essas são algumas questões que permitem avaliar os resultados dessas últimas décadas e refletir sobre o desenvolvimento econômico e social dos países periféricos.

Com base em algumas reflexões de Wallerstein (2001; 2002; 2005),

Arrighi (1997; 2013) e Amin (2006) sobre a articulação entre os estados nacionais e o sistema-mundo, de Duménil e Lévy (2014) sobre a crise estrutural do capital e de István Mészáros (2002) também sobre este tema e a necessidade de superação do capital (e não apenas do capitalismo), objetiva-se investigar alguns dados sobre a evolução e a atual situação econômica e social de diversos países, procurando avaliar se a industrialização tem efetuado (NAYYAR, 2013) ou não (REINERT, 2016) a redução do *gap* dos países periféricos ante os países centrais⁵ e, de algum modo, contribuído para a construção de regimes políticos mais democráticos. Para essa avaliação, serão analisados livros, artigos, jornais e bancos de dados de instituições multinacionais e governamentais. Não se trata de uma reflexão sobre as ideias e políticas econômicas (com acertos e erros de governos) efetivadas em cada país ao longo do período, mas de investigar – num olhar de médio prazo e num contexto de condicionamentos econômicos globais – alguns aspectos do saldo econômico e político daquele período decisivo (e esperançoso) de efetivação e consolidação da indústria em alguns países periféricos.

Capitalismo global: uma “economia-mundo” dividida e desigual

Há uma vasta literatura que questiona as análises de desenvolvimento econômico assentadas na priorização das características étnico-raciais,

⁵ Como veremos, a linha básica das diferenças entre os grupos de países está relacionada ao modo de integração ao mercado mundial – e, portanto, ao capitalismo –, bem como ao desenvolvimento industrial. Obviamente, toda classificação implica em escolhas assentadas em certas características dos objetos classificados. Sendo assim, utilizando como referência (mas não reproduzindo literalmente) a classificação utilizada por Wallerstein (2001; 2002; 2005) e Arrighi (1997; 2013), consideram-se centrais os países que primeiro se industrializaram e/ou passaram por profundas transformações econômicas e políticas que os alçaram a níveis elevados de renda *per capita*, certo bem-estar de suas populações (acesso a bens de consumo, educação, saúde etc.) e, em geral, direitos civis e políticos consolidados (Estados Unidos, Canadá, Europa Central e do Norte, Japão e Oceania). Por países semiperiféricos, entende-se aqueles que não foram colônias, mas chegaram a meados do século XX com industrialização ainda frágil, renda *per capita* bem abaixo dos países centrais (Europa do Sul) e/ou passaram por revoluções ou guerras (civis ou não) que levaram a transformações profundas em sua configuração social e política (Europa do Leste e Rússia). Por periféricos, os países não industrializados ou de industrialização hipertardia, baixa renda *per capita*, regimes políticos de feições fortemente autocráticas ou, quando existem, democracias frágeis (de modo geral, países que foram colônias ou sofreram processos de colonização/espoliação econômica: África, América Latina e Ásia – excetuando Japão, Tigres asiáticos e China). Quanto aos Tigres asiáticos, são países de industrialização hipertardia, mas que, por motivos históricos excepcionais (ARRIGHI, 2013), alcançaram renda *per capita* e condições gerais de vida (acesso a bens de consumo, saúde, educação, complexidade tecnológica etc.) muito próximas ou iguais às dos países centrais. Por fim, há o caso da China, que, embora tenha sido economicamente espoliada por mais de um século, nunca foi propriamente uma colônia e, além disso, passou por uma revolução social e transformações dela decorrentes que criaram uma potência econômica global com características simultâneas dos diversos grupos de países.

geográficas, culturais ou institucionais. E, embora o institucionalismo ainda seja muito presente no pensamento político e econômico (como demonstra o imerecido sucesso de *Por que as nações fracassam*, de Daron Acemoglu e James Robinson, 2012), as análises mais consistentes sobre o desenvolvimento consideram que os traços essenciais dos países do mundo contemporâneo remontam às suas relações capitalistas originárias, estabelecidas no período mercantilista e vigorosamente consolidadas com a industrialização. Isso não significa negar a relevância das particularidades – sejam elas econômicas, políticas ou culturais – que atuam na conformação de países e regiões, mas considerar que as suas diferentes histórias de desenvolvimento estão *prioritariamente* relacionadas ao modo de constituição e integração ao capitalismo – especialmente a articulação de interesses (e conflitos) entre as classes dominantes centrais e as periféricas – e suas consequências. Por isso, não é casual que, com raras exceções, a despeito da grande variedade de situações específicas de cada país (população, território, recursos naturais, perfil das atividades econômicas e, claro, dinâmica da luta de classes), a polarização originária entre, de um lado, os colonizadores (dos ingleses aos japoneses) e suas colônias de povoamento (dos Estados Unidos e Canadá à Austrália e Nova Zelândia) e, de outro, as colônias de exploração (América Latina, África e Ásia – excetuando Rússia) corresponda *em larga medida* à atual divisão centro-periferia, países desenvolvidos e em desenvolvimento⁶.

Outrossim, com a Revolução Industrial e a industrialização pioneira (Inglaterra, França, Bélgica, Países Baixos, Estados Unidos) ou tardia (Alemanha, Itália, Japão) dos atuais países centrais, essa polarização tornou-se muito mais tenaz e facilmente identificável pela divisão do trabalho (existente sob a vigência das manufaturas, e que foi amplamente reforçada) entre industrializados e atrasados (exportadores de matérias-primas agrícolas e minerais). Portanto, com modos e ritmos distintos de desenvolvimento capitalista, configurou-se um mundo marcado pelo desenvolvimento desigual e combinado (LÖWY, 1998; NOVACK, 1998).

Ocorre que, a partir dos anos 1930, por caminhos muito diversos (por exemplo, URSS e Brasil), alguns países “atrasados” passaram por um rápido desenvolvimento industrial e trouxeram novos desafios práticos e teóricos, como demonstra a explosão da literatura sobre desenvolvimento e dependência nas décadas de 1950-60.

Num recente estudo sobre as “sociedades em desenvolvimento”, no qual avaliza a ideia de que a industrialização tem contribuído para o *catch up* dos países periféricos em relação aos países centrais, o economista indiano Deepak

⁶ Inclusive, essa compreensão antecede marxistas e cepalinos. Num artigo recente, Monastério e Ehrl (2019) apresentaram uma sintética e competente explanação da evolução dessa tese da colonização como condicionante do tipo de evolução da sociedade, que, segundo eles, remonta a Adam Smith e a pensadores alemães e franceses.

Nayyar (2013, p. 50) sustenta que “1950 talvez tenha sido um importante momento da virada” na corrida pela industrialização e pelo desenvolvimento, com significativas implicações geopolíticas. E, de fato, alguns países periféricos tiveram um importante incremento de seus parques industriais nesta década e nas posteriores. Inclusive, por um bom tempo, o Brasil foi “o caso mais típico de subdesenvolvimento industrializado” (PEREIRA, 1986, p. 63). Nele, a segunda metade da década de 1950 efetivamente demarcou a transição do período de substituição de importações para a constituição de uma economia industrializada com forte presença de empresas estatais e multinacionais, “o Brasil transformara-se em um país industrializado, ainda que permanecesse notoriamente subdesenvolvido” (FURTADO, 1975, p. 33)⁷. E mais, “depois do extraordinário surto industrial ocorrido nele, as oposições e as dúvidas de caráter fundamentalmente ideológico quanto às possibilidades de industrialização do Brasil desapareceram. A crença na vocação agrícola do Brasil perdeu qualquer substância” (PEREIRA, 1976, p. 53). A industrialização avançou e, como proporção da composição das atividades econômicas, o ápice da indústria brasileira ocorreu em 1985, quando correspondeu a 48% do PIB (IBGE).

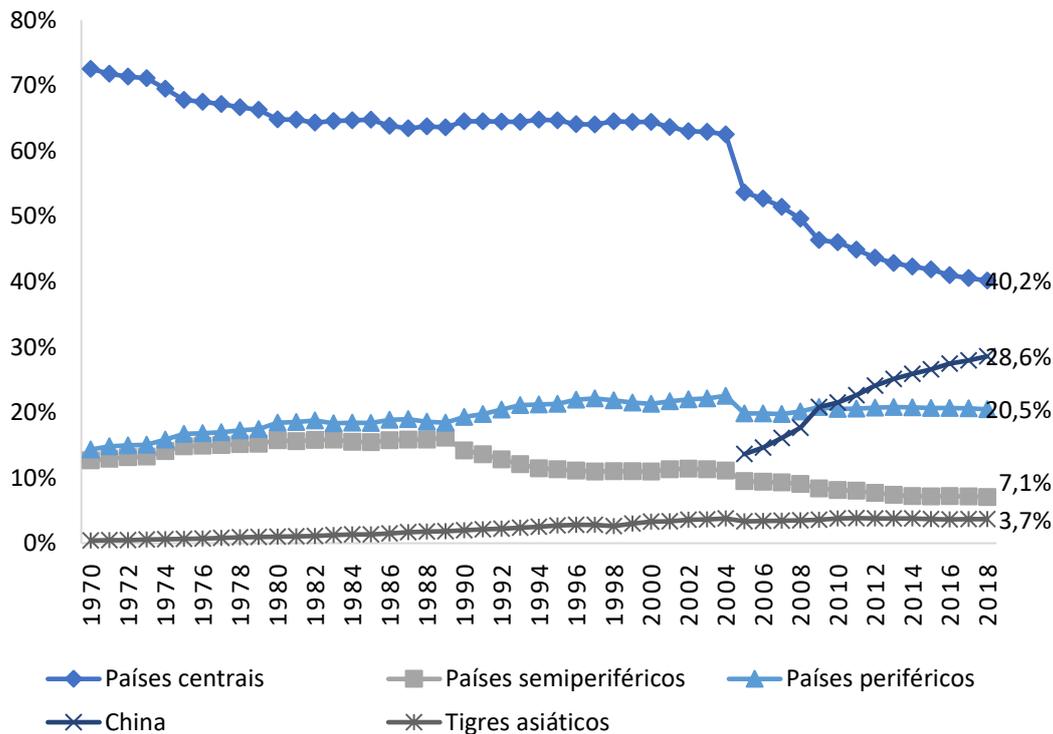
No entanto, se realmente houve um importante crescimento da produção industrial de alguns países periféricos, deve-se frisar também que, em 1970, a produção dos países centrais ainda correspondia a 72,6% do total mundial.

PIB

Nas décadas seguintes, como se pode observar no Gráfico 1, algumas mudanças significativas realmente ocorreram. Dentre elas, chamam muito a atenção: 1) o forte declínio proporcional da produção industrial dos países centrais – de 72,6% para 40,2% – e dos países semiperiféricos (sul e leste da Europa e Rússia) – de 14,3% para 7,1%; 2) o baixo crescimento da produção dos países periféricos, de 14,3% para 20,5%; 3) e a forte presença da produção industrial chinesa no século XXI, cujos dados disponíveis demonstram corresponder a 28,6% da produção mundial em 2018. Hoje, a produção industrial chinesa é maior do que a soma da produção industrial dos países periféricos e semiperiféricos.

⁷ Não cabe aqui indicar um ou outro livro, pois há vasta literatura sobre o tema, com especial relevo as obras de Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Maria da Conceição Tavares e Francisco de Oliveira.

Gráfico 1. Participação dos países na produção mundial da indústria (%) - 1970-2018



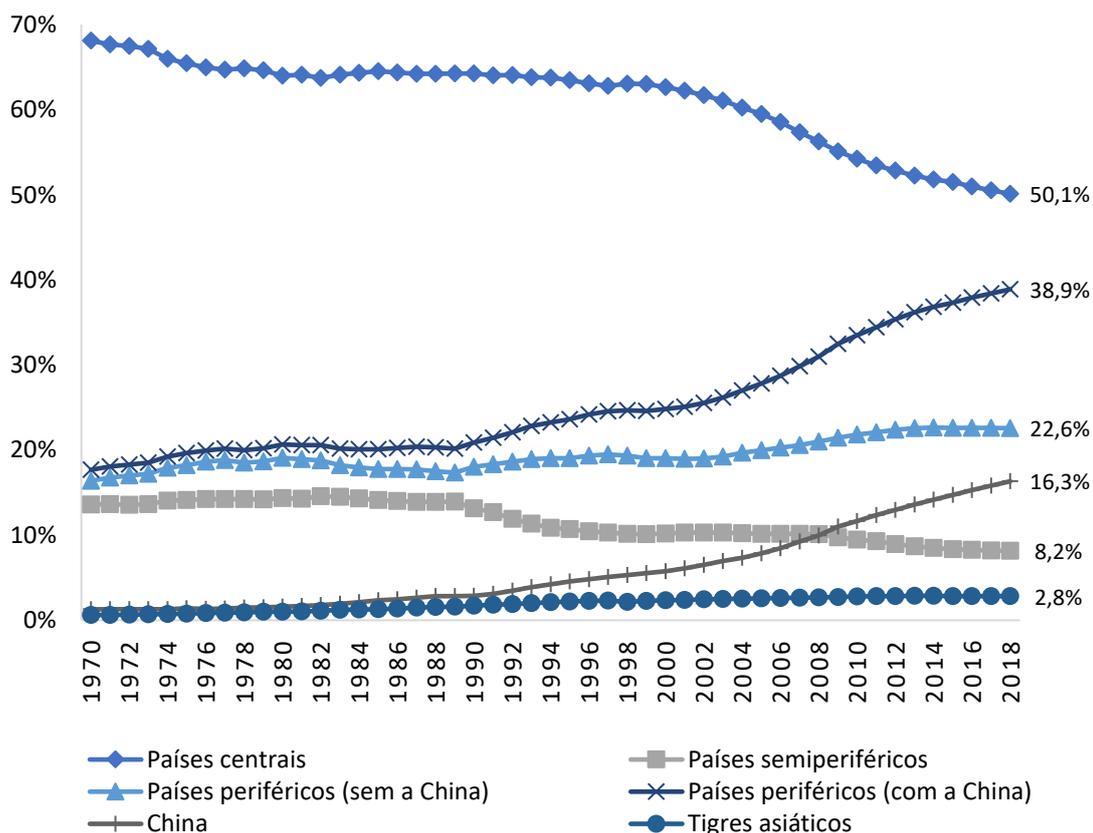
Fonte: United Nations – Statistics Division. 2020. Elaboração própria

Junto com a produção industrial, a participação dos países no PIB mundial também sofreu forte modificação no referido período. Há, porém, algumas diferenças. No Gráfico 2, também se observa o declínio proporcional do PIB dos países centrais, mas relativamente menor do que o industrial, passando de 68,1% para 50,1%. No caso dos países semiperiféricos, os números do PIB total foram muito próximos daqueles do PIB industrial – respectivamente, de 13,6% para 8,2%. Os números dos Tigres asiáticos foram idênticos aos do Gráfico 1, de 0,4% para 3,7%.

Com números um pouco diferentes, a trajetória dos países periféricos também repetiu a pequena ascensão industrial, de 14,3% para 20,5%. Se, como o faz Deepak Nayyar (2013), incluirmos a China entre eles, o crescimento realmente se demonstra bastante significativo. Dentre as 10 maiores economias em 2018, 3 não eram dos países centrais (China (2º), Índia (5º) e Brasil (9º)). Em 1970, apenas o Brasil (10º) estava entre elas. Porém, se há motivos que justificam a inclusão da China como um país periférico, há outros tantos que não; e o principal deles é: a China é um país de proporções continentais e gigantesca população que passou por uma revolução social, os outros não. Isso trouxe enormes consequências para todas as dimensões da vida naquele país. Daí que a inclusão da China como mais um país entre os

periféricos distorce os dados e os fatos. Por maiores que sejam as economias de Brasil e Índia, ambas possuem características próprias dos países periféricos (na classificação de Arrighi (1997), o Brasil é um país semiperiférico). Este não é caso da China, cuja excepcional trajetória resultou num país que conforma um híbrido de centrais e periféricos não encontrado em nenhum outro lugar. Por isso, não é o *catch up* dos periféricos e nem a “ascensão do resto” o fato fenomenal das últimas décadas, mas o enorme crescimento da economia chinesa, que passou de 1,3% para 16,3% do PIB mundial em 50 anos (Gráfico 2). Isso a tornou, na atualidade, a segunda potência econômica e política global, capaz de rivalizar com – em alguns casos, superar – os Estados Unidos e outros países centrais. Como salientou Perry Anderson (2018, s. p.): “pela primeira vez em sua história o Reino do Meio se tornou uma verdadeira potência mundial, estendendo sua presença a todos os continentes”.

Gráfico 2. Participação dos países no PIB mundial (%) - 1970-2018



Fonte: United Nations – Statistics Division. 2020. Elaboração própria

Há muitas controvérsias sobre a natureza da formação social chinesa e os motivos de sua ascensão (JABBOUR, 2010; ANDERSON, 2013; CHAOHUA,

2013; KROEBER, 2016). Mas, a despeito delas, fato é que a China alterou abruptamente a sua participação no PIB global. E se mudanças significativas (positivas ou negativas) nessa participação não implicam em alterações imediatas no equilíbrio geopolítico (basta pensar na falta de correlação entre economia e poderio bélico, em sentidos opostos, da Alemanha e da Rússia na atualidade⁸), elas podem, pela alteração na capacidade produtiva e no potencial de investimento dos estados em forças militares, incentivar tentativas de recomposição dos poderes e interesses econômicos regionais ou globais.

Os estados situam-se numa hierarquia de poder que não pode ser medida nem pelo tamanho e a coerência das suas burocracias e exércitos nem por suas formulações ideológicas sobre si mesmos, mas sim por sua capacidade efetiva, ao longo do tempo, de promover a concentração do capital acumulado dentro das suas fronteiras, em comparação com a capacidade dos estados rivais /.../ No médio prazo, o que mede realmente a força dos estados é o resultado econômico. (WALLERSTEIN, 2001, pp. 48-9)

No caso da China, o fortalecimento econômico tem sido acompanhado (não no mesmo ritmo) do aumento do seu poderio bélico e, tendo alcançado o posto de terceira maior potência militar⁹, do movimento de reestruturação da ordem geopolítica internacional.

Por outro lado, a hierarquia de poderes dos estados não é simétrica à hierarquia das condições de vida de suas respectivas populações. Com histórias e rendas *per capita* muito diversas, essas características podem estar na razão inversa uma em relação à outra: economias pequenas com elevadas renda *per capita* e boas condições (materiais e educacionais) de vida para a imensa maioria da população (caso extremo da Islândia) e grandes com rendas *per capita* baixíssimas e precárias condições de vida para a maioria (por exemplo, Índia).

Num mundo integrado e com referências econômicas (produção e consumo) e culturais globais (ideias, modos de vida), esses desencontros/descompassos podem intensificar competições e conflitos internos (entre as classes) e entre os estados¹⁰. Portanto, a ascensão de

⁸ Respectivamente, 4^o e 11^o PIB (World Bank), mas 2^a e 13^a maior capacidade bélica (GlobalFirepower – GFP. In: <https://www.globalfirepower.com/countries-listing.asp>).

⁹ GlobalFirepower – GFP.

¹⁰ Para os cepalinos, com ênfase especial na obra de Celso Furtado, o consumo supérfluo ou conspícuo por parte das classes dominantes e da alta classe média, especialmente por aquelas frações beneficiárias das atividades integradas (e subordinadas) ao mercado mundial, constitui um importante componente da manutenção do “subdesenvolvimento”. Isso porque, baseando-se nos padrões de consumo (tipos, marcas e preços de produtos) das classes congêneres dos países “desenvolvidos”, as dos países periféricos desviam para o exterior recursos que poderiam ser utilizados para a acumulação de capital (novas instalações e o

economias periféricas grandes (China, Brasil, Índia, México, Indonésia) e novos estados com elevada capacidade militar (China, Índia) constitui um aspecto importante das mudanças econômicas e políticas ocorridas nas últimas décadas.

Outro aspecto relevante que afeta de modo desigual os países (índices de crescimento, posições em escala global) é a vulnerabilidade aos movimentos cíclicos da economia. Em outras palavras, todos os países passam por períodos de crescimento e crise e, ainda que desigualmente, são afetados pelo movimento mais amplo da economia mundial. Como vimos, excetuando os países semiperiféricos, os outros grupos e a China tiveram crescimento do PIB maiores do que os países centrais nessas décadas. Porém, em razão de sua posição nas relações econômicas e de poder mundial, os países semiperiféricos e periféricos são mais reativos do que condicionantes das crises globais e estão mais sujeitos às flutuações externas e suas consequências – isto é, os efeitos internos delas tendem a ser mais drásticos do que os sofridos pelos países centrais.

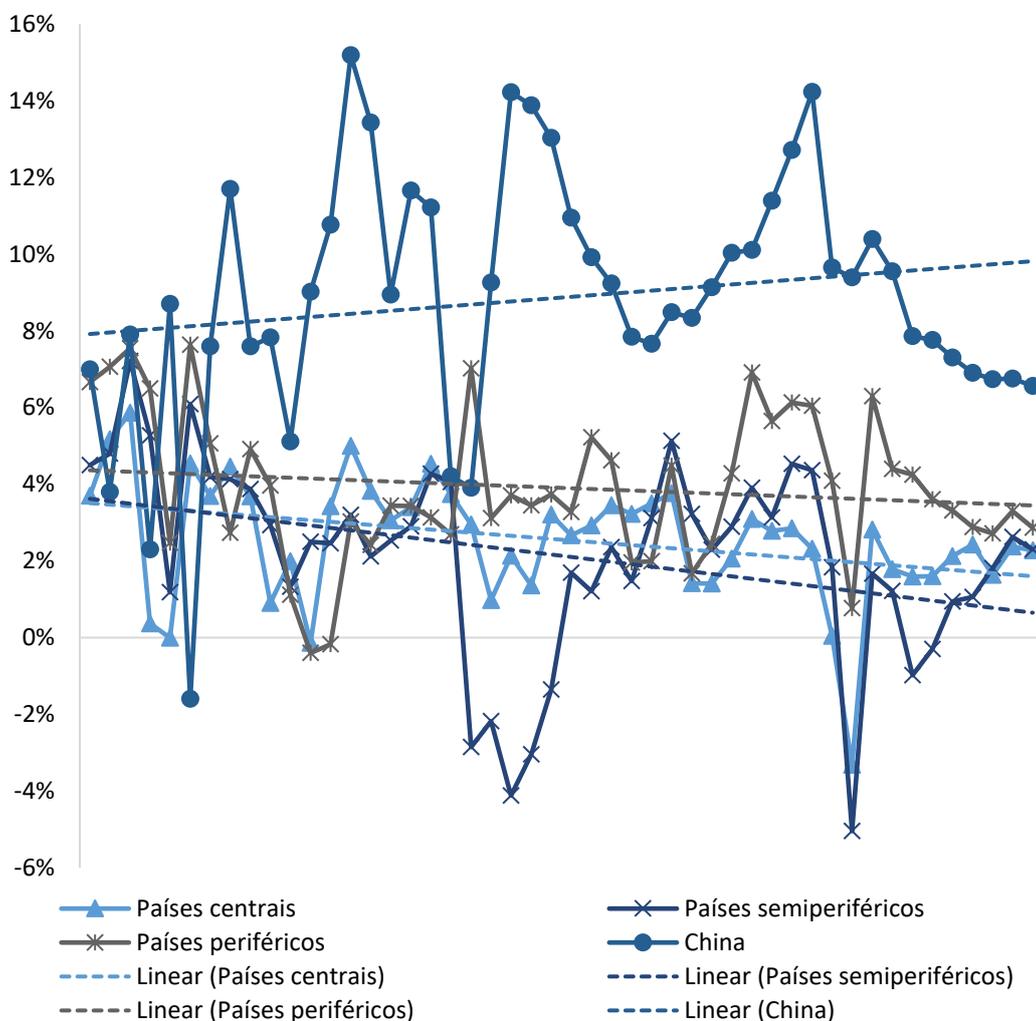
No Gráfico 3, observemos as taxas de crescimento do PIB dos grupos de países. Nele, impressiona quão sustentados são o crescimento chinês e, apesar da crise asiática de 1997, o dos Tigres asiáticos, o declínio dos países semiperiféricos nos anos 1990 e a forte correlação entre o movimento cíclico das economias dos países centrais e periféricos até final dos anos 1980 e, da economia mundial, até fim da década seguinte. Igualmente, é visível como na década de 1990 – excetuando os semiperiféricos, com índices fortemente impactados pela ruína da URSS e dos ditos regimes socialistas ou pós-capitalistas¹¹ –, mas sobretudo a partir dos anos 2000, o crescimento médio das economias dos outros grupos de países e da economia mundial colocou-se acima da média dos países centrais. Esse crescimento foi claramente impulsionado pela economia chinesa. De caudatária dos países centrais –

incremento tecnológico) das empresas instaladas no país. Tal fato não apenas expressa como reforça a concentração de renda, agravando os empecilhos à industrialização desses países (FURTADO, 1974; 1975).

¹¹ Na economia política tradicional, seja (neo)liberal ou keynesiana, o capital é tratado como coisa. Mesmo um intelectual considerado progressista como Piketty (2014, p. 51) afirma que em seu livro “capital é definido como o conjunto de ativos não humanos que podem ser adquiridos, vendidos e comprados em algum mercado”. Em contraposição, na esteira de Marx, Mészáros define capital como uma relação social. Em suas palavras: o capital “é, *em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico*” (MÉSZÁROS, 2002, p. 96 – itálicos do autor). Uma relação sociometabólica que implica numa estrutura de comando que sujeita os produtores a uma lógica implacável de autovalorização, cujas *personas* que a representam podem ser tanto “capitalistas privados” quanto, nas sociedades pós-capitalistas, “funcionários públicos do estado de tipo soviético” (MÉSZÁROS, 2002, p. 98). Portanto, o capital preexiste ao capitalismo e pode sobreviver à sua destruição. Isso significa que, em sentido socialista, uma transformação social radical não demanda apenas a superação do capitalismo, mas a superação do capital como modo de controle sociometabólico. Obviamente, algo ainda nunca realizado.

situação dos países periféricos –, a China tornou-se o polo mais dinâmico da economia mundial.

Gráfico 3. Taxa de crescimento do PIB - 1971-2017



Fonte: United Nations – Statistics Division. 2020. Elaboração própria

No entanto, tratar das contradições do desenvolvimento do capital e sua concretização desigual implica não ficarmos presos somente aos grandes números do PIB, pois estes são muito influenciados, por exemplo, por fatores demográficos. Inclusive, no período em questão (1970-2018), a distribuição da população mundial entre os países passou por significativas mudanças. Na Tabela 1, vemos declínio populacional nos grupos dos países centrais, semiperiféricos, Tigres asiáticos e China. Acréscimo proporcional de população ocorreu apenas no grupo dos países periféricos.

Tabela 1 – População por grupos de países

	1970		2018	
Países centrais	609.122.625	16,5%	833.060.638	10,9%
Países semiperiféricos	403.640.119	10,9%	446.427.832	5,9%
Países periféricos	1.821.709.826	49,2%	4.859.022.213	63,7%
China	827.601.394	22,4%	1.427.647.786	18,7%
Tigres asiáticos	38.363.082	1,0%	64.932.571	0,9%

Fonte: United Nations – Statistics Division. 2020. Elaboração própria

Quando relacionados aos PIB totais, esses números fornecem dados relevantes para analisarmos com mais cuidado não apenas a grande distância que separa os países centrais dos periféricos – que, há tempos tem sido analisada e denunciada –, mas também os resultados dos esforços em prol do desenvolvimento feitos nesses últimos, os quais, ao longo do tempo, tiveram governos e políticas econômicas de matizes distintas no espectro político.

Renda *per capita*

Na Tabela 2, os dados demonstram o crescimento da renda *per capita* dos grupos de países ao longo de quase meio século. Como vemos, apesar da industrialização e do aumento do PIB proporcional dos países periféricos no PIB mundial, o percentual da renda *per capita* teve ligeira queda em relação àquela dos países centrais, passou de 8,1% para 7,7% – em outras palavras, a população dos países periféricos se tornou proporcionalmente mais pobre do que a dos países centrais. Novamente, com imensa diferença em relação aos outros países, os destaques ficaram com a China, que teve um crescimento de 3.252% ao longo de período, e os Tigres asiáticos, com 1.159%. Com esse crescimento absoluto, as respectivas rendas *per capita* proporcionais à média dos países centrais passaram de 1,3% para 19% e de 14% para 73%. Portanto, mesmo com esse crescimento vertiginoso, a renda *per capita* dos chineses não chega a 1/5 daquela dos países centrais. O que nos faz pensar sobre as consequências ambientais – e, por conseguinte, econômicas e sociais – se a renda *per capita* dos chineses – e, com isso, o consumo – chegar ao nível dos países centrais, cuja população total corresponde a 58,4% da população da China. E, mais do que isso, sobre a própria viabilidade de um modo de produção e organização da vida social cuja acumulação incessante de capital e a proliferação de consumo supérfluo e destrutivo – com o simultâneo não atendimento das necessidades básicas de muitos – são suas características estruturais e inelimináveis (MÉSZÁROS, 2002, pp. 605-74).

Tabela 2 – Renda *per capita* por grupos de países

	1.970	1.980	1.990	1.995	2.000	2.010	2.018	Cresc.
Países centrais	20.193	25.762	32.988	35.309	40.298	44.018	49.262	144%
Países semiperiféricos	6.092	8.736	10.414	9.490	10.935	13.681	14.958	146%
Países periféricos	1.626	2.165	2.196	2.345	2.550	3.299	3.802	134%
China	280	423	873	1.477	2.147	5.509	9.369	3.252%
Tigres asiáticos	2.844	5.723	11.747	16.090	19.368	29.182	35.820	1.159%

Fonte: United Nations – Statistics Division. 2020. Elaboração própria

Importa salientar que a renda *per capita* pode obscurecer aspectos importantes para o entendimento dos poderes de compra distintos das populações dos países e, igualmente, grandes diferenças internas entre as classes sociais, populações regionais, grupos profissionais etc. Mas, como esclarece Arrighi (1997, p. 221, n. 5), essa informação também nos permite uma medida de comparação sobre o comando econômico “exercido pelos residentes de uma dada jurisdição sobre os recursos possuídos pelos residentes de todas as outras jurisdições, em relação ao comando exercido pelos últimos sobre os recursos possuídos pelos primeiros”, além de fornecer um importante instrumento de comparação de cada país a longo prazo¹². E, além disso, essa comparação é feita em dólares constantes e não em Paridade de Poder de Compra (PPC) porque, como salienta Nayar,

não é apropriado ou correto, mesmo que esteja na moda, somar o PIB em termos de PPC nos países, para estimar o PIB mundial em termos de PPC, porque essas estimativas são baseadas em um ajuste ascendente artificial no preço de bens e serviços não comercializáveis nos países em desenvolvimento. Isso leva a um viés ascendente nas estimativas do PIB PPC para os países em desenvolvimento, as quais não são comparáveis com outras variáveis macroeconômicas, como comércio exterior, investimentos internacionais ou produção industrial, avaliados a preços de mercado e taxas de câmbio de mercado (2013, p. 56).

De qualquer modo, para não incorrer em equívocos, o crescimento proporcional da renda *per capita* não pode ser utilizado como dado isolado, mas precisa ser analisado com um olhar sobre outros indicadores econômicos e sociais. Por exemplo, a renda *per capita* dos Tigres asiáticos tem uma correlação com as condições de vida e os direitos civis e político das suas populações muito diferente daquela dos chamados “estados petroleiros”¹³.

¹² Na análise da desigualdade mundial, Piketty (2014, pp. 69-72) explica os motivos de sua preferência pelos dados em formato PPC, mas ressalva que “isso em nada afeta as ordens de grandeza” (2014, p. 72).

¹³ De acordo com dados do site World Inequality Database, em 2016, os 10% mais ricos da população da Arábia Saudita ficaram com 62,18% da renda nacional. No Oriente Médio, o percentual foi de 58,26%, enquanto na Coreia do Sul foi de 43,32%.

Complexidade econômica

Sobre outro aspecto importante nas distinções entre os países e nas possibilidades de superação das condições que caracterizam os países periféricos, afirma-se que a industrialização e o crescimento absoluto e proporcional do PIB podem resultar em (ou serem impulsionados pelo) aumento da complexidade econômica. No século passado, muito se chamou a atenção para o fato de que os países periféricos que se industrializaram não conseguiram o domínio sobre a produção de bens de capital (sendo muito dependentes da importação de máquinas e equipamentos) e, com raras exceções, nem sobre as tecnologias de ponta da produção industrial. E, de fato, excetuando a China e os Tigres asiáticos, a tendência geral das últimas décadas tem sido a manutenção das diferenças de complexidade das estruturas econômicas entre os países centrais e periféricos, as quais se expressam nos distintos níveis de investimentos em pesquisa e desenvolvimento técnico-científico – e, portanto, no domínio tecnológico – pelas empresas e governos dos respectivos grupos de países, bem como no perfil das trocas comerciais e do fluxo de investimentos.

Um modo bastante eficiente de analisar a complexidade das estruturas econômicas foi desenvolvido pelos pesquisadores César Hidalgo (MIT) e Ricardo Hausmann (Harvard). Segundo a explicação do principal entusiasta brasileiro do uso da complexidade como ferramenta de análise econômica, Paulo Gala (2017, p. 20), “os dois conceitos básicos utilizados para aferir se um país é complexo economicamente são a ubiquidade e a diversidade de produtos encontrados em sua pauta exportadora”¹⁴. Produtos ubíquos e pauta exportadora pouco diversificada significam economia pouco complexa. Produtos não ubíquos e pauta exportadora diversificada significam economia de alta complexidade. Correlacionados com o tamanho da população e da economia, esses dados fazem com que a complexidade seja tratada como índice relativo, permitindo a comparação entre uma grande economia como a indiana (46º lugar) ou a brasileira (47º) e a pequena economia finlandesa (12º). Por conseguinte, o ranking de complexidade das estruturas produtivas dos países organizado pelo *Observatório da complexidade econômica*¹⁵ reflete, em linhas gerais, a classificação aqui adotada, com predomínio dos países centrais e dos

¹⁴ Embora problemático por incorrer num voluntarismo apologista das virtudes da gestão/intervenção política corretiva e orientadora da economia capitalista, subvalorizando assim os condicionantes estruturais da economia sobre a política, diferenças e conexões estruturais entre países centrais e periféricos e a relevância da luta de classes – por conseguinte, naturalizando a sociedade capitalista –, o livro de Paulo Gala (2017) é interessante por explicar, em linguagem bastante acessível, o que é a complexidade econômica e seus modos de aferição, bem como frisar – com diversos exemplos – a correlação entre complexidade econômica e renda *per capita*.

¹⁵ Fonte: <<https://oec.world/en/rankings/eci/hs4/hs12>>.

Tigres asiáticos nas primeiras posições, alguns pequenos semiperiféricos entre as 20 economias mais complexas e os periféricos (em número muito maior) ocupando as posições intermediárias e inferiores da tabela. Dentre as maiores economias, destacam-se o Japão (1º), a Alemanha (4º), a Coreia do Sul (5º), o Reino Unido (11º), os Estados Unidos (14º) e a China (21º).

Pesquisa e desenvolvimento científico-tecnológico

Para o capital, a complexidade econômica é relevante porque indica que o investimento em P&D tem resultado em desenvolvimento científico-tecnológico e, assim, com novos (ou inovações em) serviços, bens de consumo ou meios de produção, ele possibilita às empresas inovadoras (ou, no caso de terceiras, das beneficiárias imediatas de uma inovação na estrutura produtiva), a conquista (novos produtos) ou ampliação (melhoria, barateamento) da participação no mercado, o aumento da produtividade do trabalho e, por conseguinte, o incremento da mais-valia e do lucro. Inclusive, não custa lembrar que o lucro (e o aumento da taxa de lucro) “é a força motriz que impele a produção capitalista”. E, ademais, como “o preço das mercadorias é determinado por seu valor de mercado, as empresas que têm alto nível de tecnologia e produtividade do trabalho encontram-se forçosamente numa posição favorável. Recebem *lucro adicional*, ou *superlucro*” (NIKITIN, 1967, p. 111 – grifos do autor). Essa posição torna-se ainda mais favorável para os oligopólios e monopólios. Em ambos os casos – excetuando o monopólio assentado em condições alheias ao mercado (políticas, geográficas) –, o domínio da tecnologia mais avançada tem enorme importância.

Componente fundamental da complexidade econômica, o domínio técnico-científico demanda elevados investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D). E, quanto a isso, dois aspectos chamam bastante a atenção. Primeiro, a enorme distância dos investimentos em P&D entre as empresas sediadas nos respectivos grupos de países. Segundo, a forte correlação entre elevado percentual de investimento privado em P&D nos países centrais – e, inversamente, baixo nos países periféricos. De acordo com estudo da Comissão Europeia, as 2.500 maiores empresas classificadas de acordo com os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) têm sede em 44 países. Em 2018, “cada uma investiu mais de € 30 milhões em P&D para um total de € 823,4 bilhões, o que equivale a aproximadamente 90% da P&D financiada por empresas [e não governos] no mundo” (HERNÁNDEZ *et al.*, 2019). Dentre elas, 1709 estão sediadas nos países centrais, 507 na China, 165 nos Tigres asiáticos, 71 nos países semiperiféricos, 48 nos periféricos (Tabela 3). Na América Latina, o país representado com o maior número de empresas é o Brasil, com seis e investimento total de € 1,01 bilhão. Não bastasse essa

enorme discrepância, também chama a atenção o fato de que em apenas 10 países os investimentos das empresas sediadas ultrapassam € 10 bilhões.

Tabela 3 – 2500 maiores empresas em investimentos em P&D (grupos de países) – 2018

	Nº de empresas	%
Países centrais	1709	68,4%
Países semiperiféricos	71	2,8%
Países periféricos	48	1,9%
Brasil	6	0,2%
China	507	20,3%
Tigres asiáticos	165	6,6%
Total	2500	100%

Fonte: HERNÁNDEZ et al., 2019. Elaboração própria

Com algumas exceções, dentre elas os casos do Brasil (7º) e da Rússia (8º) – países que têm populações e PIB grandes –, os investimentos governamentais em P&D reproduzem a situação dos investimentos das empresas privadas sediadas nos respectivos países, com ampla liderança dos Estados Unidos, China, Japão e outros países centrais (especialmente europeus), bem como da Coreia do Sul. Na Tabela 4, tomando como referência o *número* de sedes das maiores empresas investidoras em P&D, temos os seguintes valores absolutos dos 44 maiores investimentos governamentais. Nela, destacam-se os elevados valores absolutos dos países mais bem colocados em relação ao restante, especialmente os dois primeiros, e a maior presença proporcional de países semiperiféricos e periféricos no conjunto. Isso demonstra que, tal como nas implicações políticas do descompasso entre o PIB total e o *per capita*, o tamanho da economia também influencia na capacidade de investimento estatal em P&D, eis porque há países que não sediam nenhuma empresa dentre as 2.500 maiores em investimento e estejam entre os 44 maiores investidores estatais. São esses os casos da Argélia, Chile, Colômbia, Egito, Eslováquia, Indonésia, Paquistão, República Tcheca, Romênia, Tailândia e Vietnã.

Tabela 4. Os 44 maiores investimentos estatais em P&D (em mil US\$ PPP, preços constantes de 2005) – 2017

1	Estados Unidos	102.559.859	16	Turquia	4.777.697	31	Finlândia	1.483.552
2	China	80.062.692	17	Países Baixos	4.466.527	32	Israel	1.382.828
3	Índia	32.719.367	18	México	4.425.422	33	Portugal	1.346.068
4	Alemanha	26.828.439	19	Polônia	3.323.628	34	Hong Kong	1.345.329
5	Japão	21.107.572	20	Suíça	3.291.562	35	Paquistão	1.289.819
6	Coreia do Sul	17.236.210	21	Suécia	3.287.891	36	Tailândia	1.228.203
7	Brasil	16.559.041	22	Cingapura	3.191.219	37	Grécia	974.271

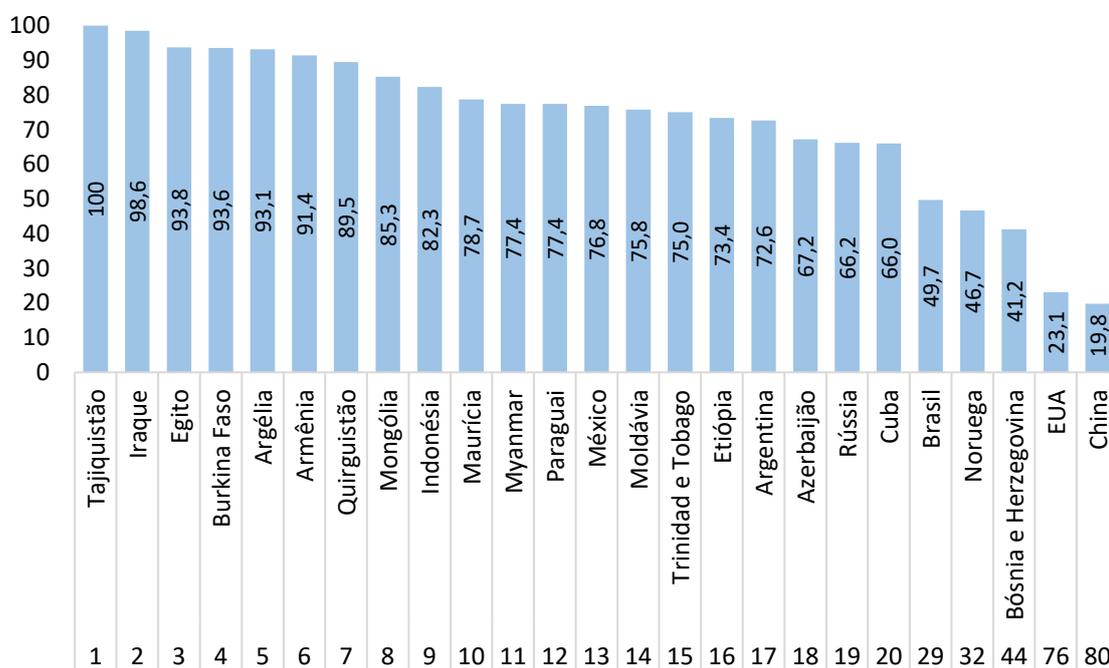
8	Rússia	16.326.745	23	Argentina	2.924.455	38	Hungria	859.910
9	França	15.613.013	24	Áustria	2.861.125	39	Vietnã	745.269
10	Reino Unido	10.159.954	25	Argélia	2.585.022	40	Nova Zelândia	679.519
11	Canadá	7.773.487	26	Noruega	2.545.381	41	Ucrânia	593.170
12	Itália	7.608.275	27	África do Sul	2.410.380	42	Romênia	553.206
13	Espanha	6.306.437	28	Bélgica	2.197.642	43	Chile	516.460
14	Egito	5.842.014	29	Rep. Tcheca	1.818.498	44	Eslováquia	426.288
15	Indonésia	5.159.240	30	Dinamarca	1.730.633			

Fonte: UNESCO. Institute for Statistics (UIS). Elaboração própria

Por sua vez, ao analisar o investimento governamental como proporção do investimento total, vemos que, numa lista de 85 países – aqueles cujos dados estavam consolidados em 2017 –, os primeiros 31 fazem parte dos grupos de países periféricos ou semiperiféricos. No Gráfico 4, vemos o Tadjiquistão com 100% do investimento em P&D feito pelo governo. Porém, há quinze países cujo investimento governamental ultrapassa os 75%. De um lado, isso demonstra como o baixo nível de acumulação de capital das empresas desestimula o investimento em P&D, tornando-as dependentes da tecnologia (ou apêndices) das empresas de outros países e incapazes de disputar mercados em âmbito global, limitando a possibilidade de obtenção de lucro adicional e a sua expansão. De outro, em razão dessa situação, como o investimento estatal em P&D é fundamental para o desenvolvimento científico-tecnológico (ainda que muito limitado) das empresas nos países periféricos¹⁶. Quanto aos países centrais, o primeiro da lista é a Noruega (32º), com 47%. Os investimentos estatais de Estados Unidos e China, os dois maiores orçamentos absolutos para P&D, correspondem a 23,1% e 19,8% dos gastos totais das pesquisas realizadas nos respectivos países.

¹⁶ No Brasil, este é o caso da relação entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa e a expansão do agronegócio nas últimas décadas.

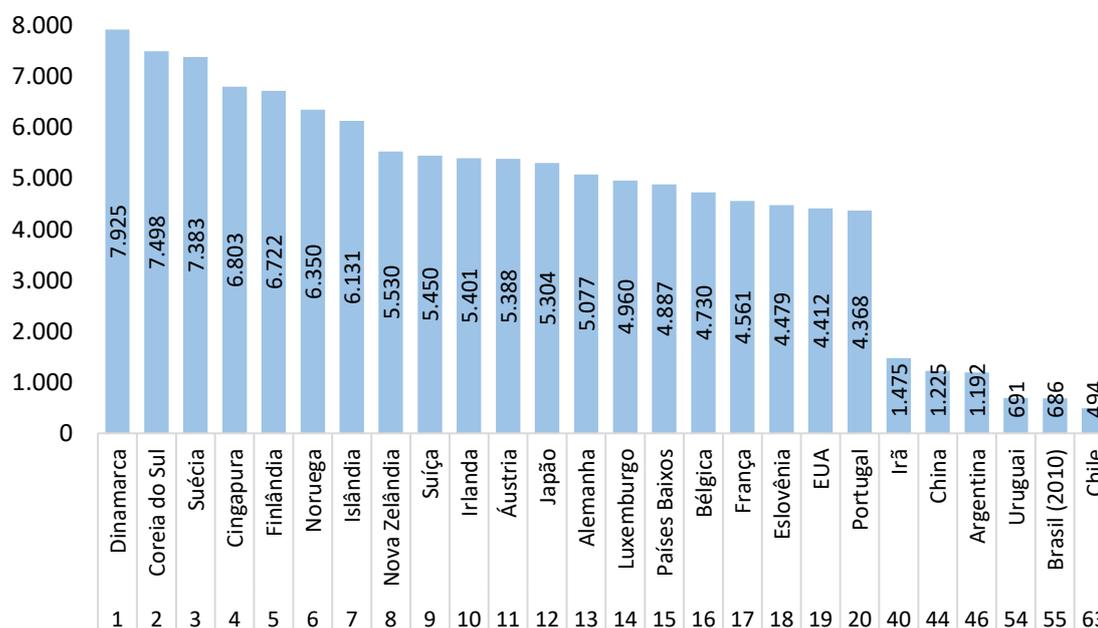
Gráfico 4. Investimentos governamentais em P&D – 2017
(% do investimento total realizado no país)



Fonte: UNESCO. Institute for Statistics (UIS). Elaboração própria

Outrossim, embora seja condição necessária, o investimento em P&D não é condição suficiente para a superação do atraso e da dependência científico-tecnológica, seja porque a raiz do problema é de natureza social e não propriamente tecnológica ou, ainda, pelo motivo mais prosaico de que ciência não se faz apenas com investimento nos meios materiais, mas também em força de trabalho altamente qualificada, em pesquisadores. Sobre este aspecto, outra informação relevante para a compreensão desta situação de dependência dos países periféricos é a quantidade de pesquisadores por milhão de habitantes. Em primeiro lugar nesse quesito, a Dinamarca possui quase 12 vezes mais pesquisadores por milhão de habitantes do que o Brasil (55^o): 7.925 x 686. Enquanto isso, na 44^a posição em números relativos, o primeiro lugar da China em números absolutos (4.381.443) expressa tanto o tamanho de sua imensa população quanto o esforço recente de formação da força de trabalho. Como em outros aspectos, a vantagem quantitativa aqui se transmuta em vantagem qualitativa.

Gráfico 5. Pesquisadores por milhão de habitantes – 2017



Fonte: UNESCO. Institute for Statistics (UIS). Elaboração própria

Para o capital, esses investimentos só fazem sentido se tiverem retorno financeiro. Um dos modos de mensurar os resultados econômicos dos investimentos em P&D (governamental e privado) e força de trabalho é por meio da comparação referente à quantidade de patentes registradas em cada país. Sobre isso, vemos que a concentração dos registros de patentes por origem do proprietário (Tabela 5) reproduz amplamente o padrão da origem dos investimentos em P&D. Talvez, a mais significativa exceção seja a inversão de posições entre Estados Unidos e China quando comparados os resultados em patentes com os respectivos investimentos totais, pois o país asiático passa da segunda para uma distante primeira posição.

Tabela 5. Total de patentes por residência (país) do proprietário do registro

	País	1980	% total	País	2018	% total
1	Japão	165.766	31,3%	China	1.460.244	42,9%
2	União Soviética	164.852	31,1%	Estados Unidos	515.180	15,1%
3	Estados Unidos	62.561	11,8%	Japão	460.369	13,5%
4	Alemanha	28.973	5,5%	Coreia do Sul	232.020	6,8%
5	Reino Unido	19.713	3,7%	Alemanha	180.086	5,3%
6	França	11.181	2,1%	França	69.120	2,0%
7	Checoslováquia	7.606	1,4%	Reino Unido	56.216	1,6%
8	Rep. Democrática Alemã	6.599	1,2%	Suíça	46.659	1,4%
9	Austrália	6.593	1,2%	Países Baixos	36.539	1,1%

10	Itália	6.484	1,2%	Itália	32.286	0,9%
11	Polônia	6.199	1,2%	Rússia	30.696	0,9%
12	Suíça	4.164	0,8%	Índia	30.036	0,9%
13	Suécia	4.123	0,8%	Suécia	25.310	0,7%
14	Bulgária	3.303	0,6%	Canadá	24.483	0,7%
15	África do Sul	3.102	0,6%	Israel	15.482	0,5%
16	Romênia	2.569	0,5%	Bélgica	14.587	0,4%
17	Áustria	2.345	0,4%	Áustria	14.561	0,4%
18	Brasil	2.150	0,4%	Dinamarca	13.385	0,4%
19	Espanha	1.890	0,4%	Austrália	12.261	0,4%
20	Países Baixos	1.879	0,4%	Irã	12.074	0,4%
	Subtotal	512.052	96,5%	Subtotal	3.281.594	96,3%
	Outros países	18.350	3,5%	Outros países	126.165	3,7%
	Total	530.402	100%	Total	3.407.759	100%

Fonte: WIPO Statistics database. Elaboração própria

Cabe também destacar a perda de fôlego do Japão, que havia ultrapassado os Estados Unidos na década de 1970 (perda resultante da generalização do toyotismo/acumulação flexível, que subtraiu o diferencial de produtividade das empresas japonesas ante as dos outros países, e da pressão dos Estados Unidos para mudanças na política cambial), e o ocaso dos países do ex-bloco socialista com a conversão ao capitalismo (mais próximos dos países periféricos do que dos centrais). Em 1980, enquanto o Japão ocupava a dianteira, seis países do bloco socialista respondiam por 39% das patentes registradas (por residência do proprietário) no mundo; mas, em 2018, contando apenas com a Rússia entre os 20 primeiros, esse número caiu para ínfimo 0,9%. Quanto aos países periféricos, em 1980, com 1% do total, apenas Brasil e África do Sul; em 2018, com 1,3%, Índia e Irã. Enfim, aqui observa-se uma presença chinesa ainda mais espetacular do que nos investimentos e a manutenção da baixíssima participação dos países periféricos.

Esses e outros dados demonstram que, mesmo que Mészáros tivesse motivos para suspeitar daqueles que, lá nos anos 1980, em razão do avanço econômico dos países europeus e principalmente do Japão, anunciavam o “declínio dos Estados Unidos como potência hegemônica” (MÉSZÁROS, 2002, pp. 1.087-9), a situação atual é diferente, pois, de fato, a China tornou-se uma ameaça real à hegemonia estadunidense¹⁷. É verdade que o gigante asiático ainda possui uma estrutura econômica marcada por muitas desigualdades no

¹⁷ E mais, a China tornou-se o centro da região mais dinâmica do capitalismo global: o leste asiático. Um fenômeno cujas origens remontam à ascensão japonesa nas décadas posteriores à II Guerra Mundial. Como diz Arrghi (2013, p. 345), “a arrancada do grande salto à frente japonês antecedeu e liderou a arrancada regional”. Por sua vez, em conjunto com os Tigres asiáticos e, *last but not least*, a China, “no que concerne à expansão *material* da economia mundial capitalista, o capitalismo do leste asiático já passou a ocupar [nos anos 1990] uma posição de liderança” (ARRIGHI, 2013, p. 351 – grifo do autor).

ritmo e alcance do desenvolvimento, com alguns setores/regiões atrasadas e, outro/as, onde o avanço é muito rápido, rivalizando ou mesmo ultrapassando os Estados Unidos. Um exemplo dessa desigualdade é que os quase 200% a mais no registro de patentes nos últimos anos ainda não se manifesta nos valores recebidos pelo uso de propriedade intelectual pelas suas empresas. Isso porque, pelo caráter fortemente mimético de sua industrialização – que, como visto, resultou no maior parque industrial do mundo –, as inovações de maior valor comercial ainda pertencem aos países centrais – especialmente aos Estados Unidos¹⁸, o que expressa também a poderosa hegemonia cultural deste país (ver Tabela 6). Embora seja claro que, pela velocidade das transformações que ocorrem na China, nada impede que o competente uso do *hard* e do *soft power* mude essa situação nas próximas décadas (DUARTE, 2012; STUENKEL, 2019).

Tabela 6. Valores recebidos pelo uso de propriedade intelectual (US\$ 2019)

		1970	1980	1990	2000	2010	2019
1	Estados Unidos	2.330,0	7.080,0	16.640,0	51.807,0	107.522,0	128.931,0
2	Japão	0,0	0,0	0,0	10.227,4	26.680,3	46.853,1
3	Países Baixos	99,7	418,3	1.085,7	2.170,5	24.971,6	38.367,6
4	Alemanha	0,0	606,1	1.987,0	2.535,8	8.276,5	36.170,6
5	Reino Unido	340,8	1.135,1	3.055,0	6.748,8	14.202,6	25.289,4
	Suíça	0,0	0,0	0,0	2.204,0	13.358,2	23.906,3
7	França	0,0	495,7	1.294,7	3.974,0	13.625,1	15.370,8
8	Irlanda	0,0	0,0	0,0	0,0	2.920,5	11.090,5
9	Cingapura	0,0	0,0	0,0	65,0	1.933,4	8.472,8
10	Suécia	15,5	89,9	563,0	1.414,4	5.813,0	8.189,3
11	Coreia do Sul	0,0	23,2	37,1	701,5	3.188,4	7.742,0
12	China	0,0	0,0	0,0	80,3	830,5	6.604,7
23	Rússia	0,0	0,0	0,0	91,3	386,2	1.013,7
25	Índia	0,0	0,0	1,3	82,5	127,4	871,6
28	Brasil	0,0	12,0	12,0	125,2	189,6	641,1
33	Argentina	0,0	4,0	4,0	36,8	152,2	270,4
41	África do Sul	4,2	16,7	18,9	49,1	114,0	108,1
64	México	0,0	21,0	73,0	43,1	8,8	7,3

Fonte: World Bank. Elaboração própria

Seja como for, os Estados Unidos ainda são a maior potência global. Por isso, ainda que percam no número de patentes registradas, as empresas estadunidenses possuem larga dianteira nos investimentos em P&D nos dois setores que possuem os maiores gastos nesse quesito: farmacêutica e biotecnologia e equipamentos de hardware. Neles, os investimentos em P&D

¹⁸ As empresas estadunidenses receberam 32,4% do valor contabilizado pelo Banco Mundial em 2019.

das empresas americanas correspondem respectivamente a 48,5% e 56,1%¹⁹. Portanto, ainda é árduo (e incerto) o caminho chinês para a preponderância econômica, política e cultural global.

Desigualdade

Nesse momento, importa salientar que a desigualdade que divide as nações conforme o perfil do desenvolvimento capitalista, e as hierarquiza em razão disso, também divide a população mundial – claro, com situações específicas em cada país – em condições muito diversas de renda e acesso a bens materiais e culturais, bem como quanto aos direitos civis e políticos. Sob esses aspectos, a desigualdade também é muito significativa – em alguns casos, quase inacreditável, como é o caso de indivíduos com fortunas maiores do que a maioria dos PIB dos países ou empresas cujo valor em Bolsa as colocariam entre as maiores economias do mundo.

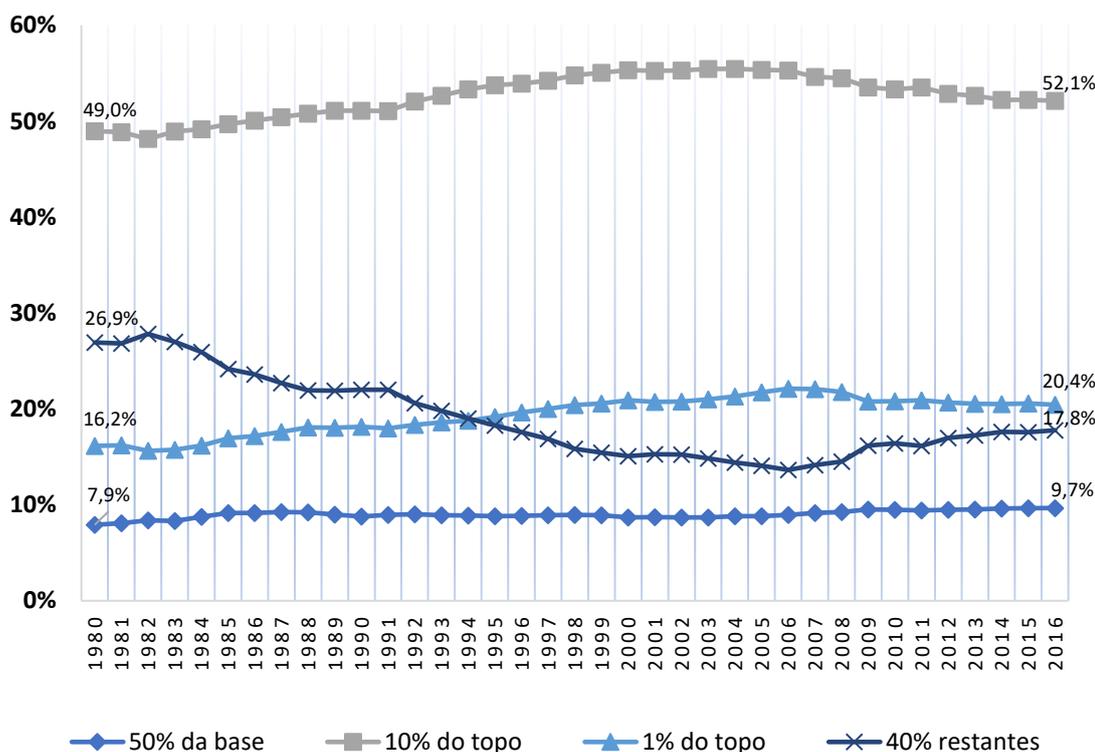
Em *O capital no século XXI*, Thomas Piketty (2014, p. 26) afirma, de modo controverso, que “a desigualdade não é necessariamente um mal em si: a questão central é decidir se ela se justifica e se há razões concretas para que ela exista”. Se entendermos razões como motivos, causas, a afirmação está certamente correta. Porém, não há motivo algum para concordar com qualquer traço finalístico que ela contenha, qualquer espécie de justificativa, nem mesmo “que seja ‘fundada na utilidade comum’” (PIKETTY, 2014, p. 37). Dizer que a desigualdade não é um mal em si pode ser “racional” para quem ocupa uma posição social confortável na hierarquia da distribuição de riqueza e poder, assim como se pode avaliar (geralmente a posteriori) seus efeitos positivos para a totalidade social (é o caso, por exemplo, da relação entre o ócio proporcionado aos senhores pelo trabalho escravo e o surgimento da filosofia), mas dificilmente o é para quem sustenta com o seu trabalho e a sua submissão o edifício social. Por isso, algumas páginas adiante no mesmo texto, o próprio Piketty se trai com a seguinte (e, se a circunscrevermos à relação-capital, correta) afirmação: “a questão da repartição da produção entre a remuneração do trabalho e a do capital sempre constituiu a principal dimensão do conflito distributivo” (PIKETTY, 2014, p. 45). Ademais, a própria preocupação manifesta em suas obras sobre o tema e o monumental trabalho do seu grupo de pesquisadores visando sistematizar dados da desigualdade em muitos países demonstram a importância dessa questão para ele e para qualquer um que cultive alguma expectativa de justiça, paz e estabilidade social. Mas, de qualquer modo, à luz do que foi tratado até aqui, é inevitável perguntar: será que a industrialização de alguns países periféricos e o desenvolvimento pelo

¹⁹ Fonte: European Commission. Economics of Industrial Research and Innovation. <<https://iri.jrc.ec.europa.eu/scoreboard/2019-eu-industrial-rd-investment-scoreboard>>.

qual passaram diminuíram as suas marcantes as desigualdades sociais? Em outras palavras, internamente, esses países se tornaram menos desiguais? A concentração de renda diminuiu e/ou se aproximou das taxas prevalecentes nos países centrais? Pois bem, a resposta para essas questões é: não.

Numa visão panorâmica sobre a distribuição da renda entre frações da população mundial – isto é, tomada como um todo indiferenciado em relação a regiões e países –, o Gráfico 4 mostra o aumento da concentração da renda tanto no 1% (de 16,2% para 20,4%) quanto nos 10% (49% para 52,1%) mais ricos da população. Os 50% da base tiveram um pequeno incremento da sua renda proporcional, passando de 7,9% para 9,7% o; mas, mesmo assim, em 2016 ficaram com menos da metade da renda total apropriada pelo 1% do topo. No entanto, os ganhos das três faixas de renda (topo e base) ocorreram às custas dos 40% da faixa intermediária, que passaram de 26,9% para 17,8%.

Gráfico 4 - Distribuição da renda entre topo e base da população mundial - 1980-2016

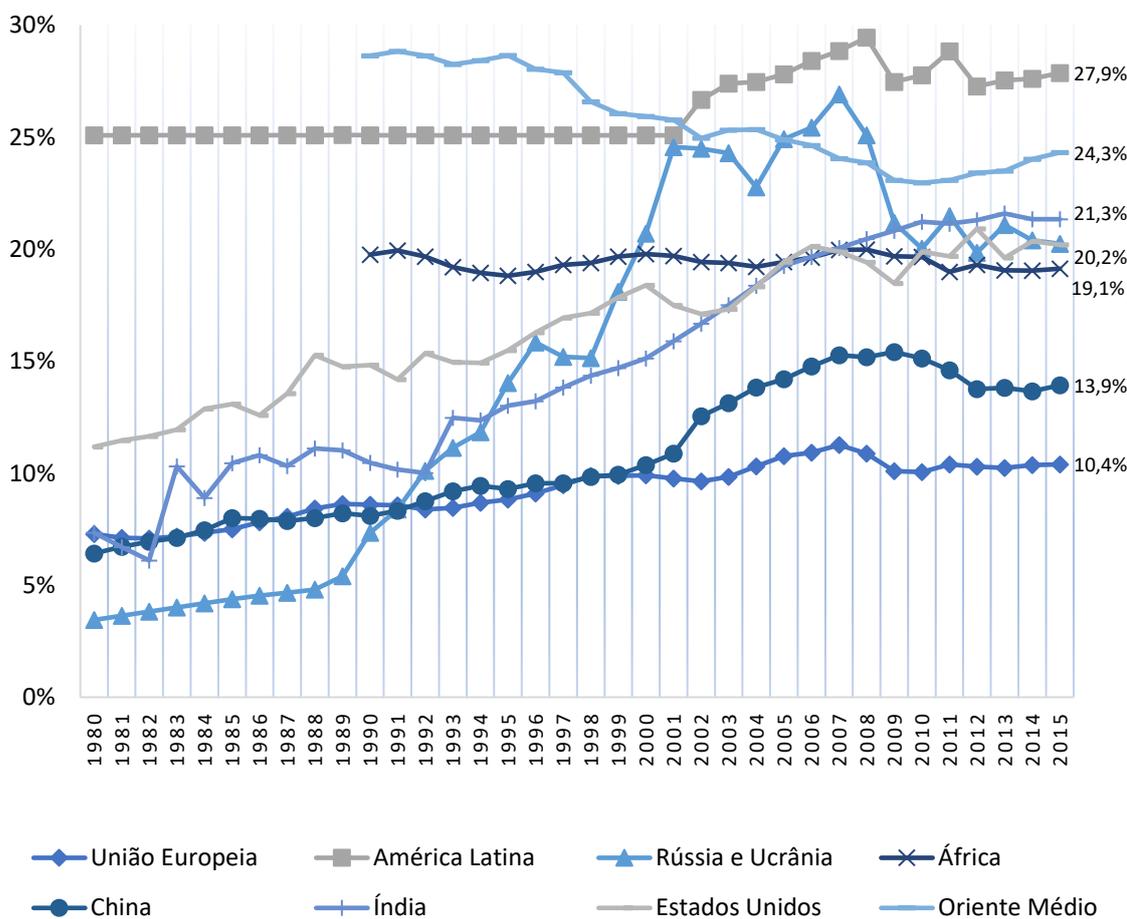


Fonte: WID WORLD Database. Elaboração própria

No Gráfico 5, vê-se como os países periféricos continuam a ser os mais desiguais. Na liderança, os países da América Latina, com o 1% mais rico da população se apropriando de 27,9% da renda nacional. Na sequência, Oriente Médio e Índia, com 24,3% e 21,3%. Por sua vez, os menos desiguais são os países europeus, com média de 10,4%. Também chama a atenção o

crescimento da desigualdade na China (13,9%), Estados Unidos (20,2%) e, com muita rapidez, na Rússia e Ucrânia, que, entre 1980 e 2015, viram a fração da riqueza nacional do 1% passar de 3,4% para 20,2%.

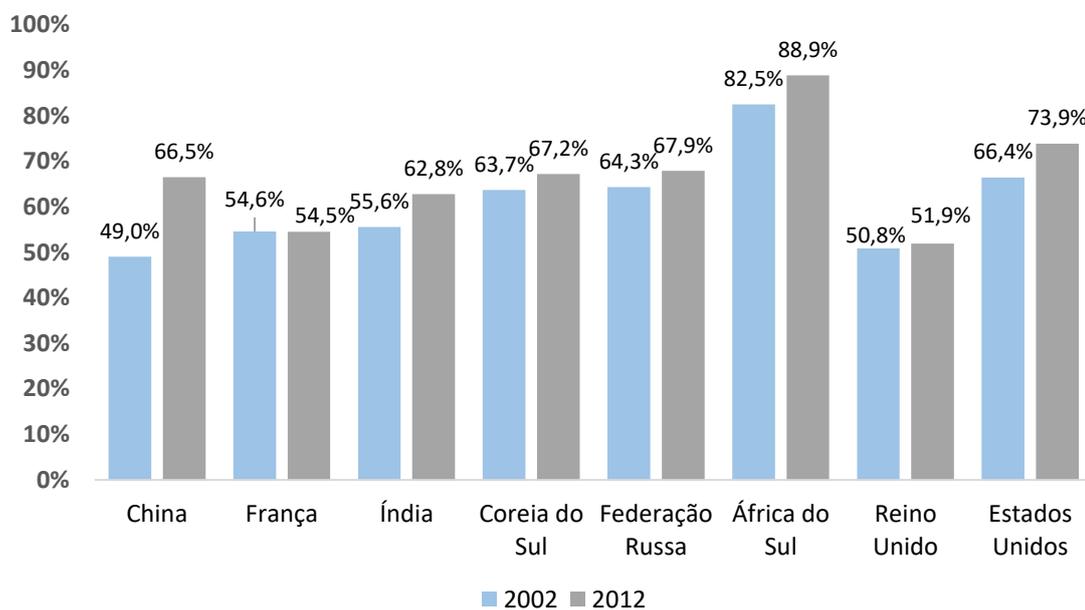
Gráfico 5 - Percentual da renda nacional apropriada pelo 1% mais rico - 1980-2015



Fonte: WID WORLD Database. Elaboração própria

Por essas informações, a aproximação que, em alguns casos, têm ocorrido nos níveis de desigualdade interna entre os países periféricos e os centrais parecem dever muito mais ao crescimento da desigualdade nestes – sobretudo nos Estados Unidos – do que à diminuição da desigualdade naqueles.

Percentual da riqueza líquida pessoal apropriada pelos 10% mais ricos (países selecionados) - 2002-2012



Fonte: WID WORLD Database. Elaboração própria

Como o sistema do capital é inerentemente polarizado e desigual, seu incontrolável impulso de autovalorização não o leva a se expandir por novas localidades, regiões, de modo suave e homogeneizante. Muito pelo contrário, o seu processo de expansão é tortuoso, violento, com uma tendência altamente concentradora de riqueza, processos, pessoas etc. Mesmo que haja tendências que atuam em sentido oposto, estas são temporal e espacialmente circunscritas e não estabelecem um impedimento absoluto às tendências de concentração (MÉSZÁROS, 2002). Nesse sentido, com suas características peculiares, o neoliberalismo é mais um momento de intensificação das forças que atuam em prol da concentração da riqueza – isto é, “da recuperação do poder e da renda das classes capitalistas” (DUMÉNIL; LÉVY, 2014, p. 63). E não são apenas aos marxistas que reconhecem a inevitabilidade dessas tendências concentradoras (que, é melhor dizer, não implica na falsa tese da tendência à “pauperização absoluta” do proletariado). Segundo Piketty (2014, p. 33), as “forças de convergência [que diminuem as desigualdades] /.../ em alguns países e determinados momentos /.../ podem predominar; contudo as forças de divergência têm sempre a capacidade de se restabelecer, como parece estar acontecendo no mundo agora, neste início do século XXI”. Nesse sentido, a tendência concentradora de riqueza – e, portanto, disseminadora da desigualdade – não é um problema secundário, circunscrito e controlável das sociedades assentadas na relação-capital, mas uma característica inextirpável,

que, podendo ser constrangida num certo marco temporal e espacial, tende sempre a retornar e em níveis cada vez mais elevados.

Democracia

Dentre as expectativas de muitos daqueles que não circunscreviam o desenvolvimento à sua dimensão econômica – industrialização ou crescimento do PIB e da renda *per capita* –, a constituição de estados democráticos era um dos mais importantes objetivos. Para Celso Furtado, por exemplo, a liberdade somente poderia ser estabelecida como um componente fundamental da vida nacional com a eliminação da pobreza, a diminuição das desigualdades sociais e regionais e com o “acesso às formas superiores da vida pública” (FURTADO, 1962, p. 22), sem as quais as massas populares jamais poderão dar-lhe o devido valor. Em outras palavras, tanto quanto a melhoria das condições de vida material, uma forma de “vida mais plena” exige a consolidação da “forma de organização político-social [que] constitui o marco dentro do qual se afirmam as manifestações superiores da vida humana” (FURTADO, 1962, p. 27), a saber, para ele, o estado liberal democrático – ou seja, a democracia burguesa. Mas, a despeito dessas ilusões sobre a profundidade das democracias nos países centrais e a possibilidade de desenvolvimento de regimes políticos congêneres nos países periféricos (ilusões presentes nele e em outros autores ditos *desenvolvimentistas* ou *progressistas*), a crise do capital e o neoliberalismo têm significado a erosão das democracias não apenas nestes – donde são recentes e pouco consolidadas –, mas também naqueles.

No caso dos periféricos, os motivos da fragilidade das democracias são conhecidos: no contexto de manutenção ou reconfiguração da polarização e das desigualdades econômicas globais, tem-se o aprofundamento da dependência econômica (técnico-científica e financeira) e política, a incompletude da reprodução do capital e as consequentes contrafaces objetivas e subjetivas de suas respectivas classes dominantes²⁰, as enormes desigualdades econômicas internas, além da acentuada pobreza material e educacional de amplos segmentos das massas populares. Quanto aos países centrais, também se observa neles o enfraquecimento das conquistas democráticas do século XX, sejam elas formais (direitos civis e políticos) ou materiais (perda de direitos trabalhistas e sociais, desmonte dos serviços públicos). Domenico Losurdo considera que há um processo – que, diga-se, não é novo, mas recorrente – de “des-emancipação” dos cidadãos nas

²⁰ Nas palavras de Chasin (1977, pp. 44-5), “é numa configuração desta ordem que se põe o capital industrial no Brasil, tendo por suporte, então, uma burguesia especialmente despojada de ‘ilusões humanitárias’, e especialmente tolhida por fronteiras objetivas e subjetivas que demarcam seu estreito espaço histórico”.

democracias burguesas contemporâneas. Na teoria, ele encontra demonstrações da “redução e redefinição da democracia” já em autores como Popper, Dahrendorf e até em um liberal bem quisto entre os progressistas como Bobbio (LOSURDO, 2004). Para a cientista política estadunidense Wendy Brown, a ruína da democracia está relacionada ao fato de que o neoliberalismo é mais do que um processo de natureza política e econômica, constituindo uma “ordem normativa da razão” que “transforma cada domínio humano e cada empresa – junto com os próprios seres humanos – em conformidade com uma imagem específica do econômico”, cuja “tarefa é melhorar o seu posicionamento competitivo e fazer uso dele” (BROWN, 2017, s. p.). Mas, se ela tem razão em demonstrar a abrangência da hegemonia neoliberal e suas conexões com a ruína da democracia, nunca é demais frisar que o neoliberalismo é *primariamente* um complexo de ideias e práticas cujo cerne é a desregulamentação das relações econômicas e das instituições com o objetivo de aumentar a mobilidade do capital – especialmente do capital financeiro –, a sujeição da força de trabalho e, com isso, recompor a taxa de lucro das empresas – as quais, tendo crescido nas duas primeiras décadas do pós-guerra, começaram a declinar a partir de meados da década de 1960 – e a renda dos capitalistas (DUMÉNIL, LÉVY, 2014, pp. 63-79). E mais do que isso:

A desregulamentação, que é absolutamente uma política desejada e conscientemente posta em ação e não um fato natural que se impõe por si mesmo, permite às estratégias das grandes firmas escaparem às obrigações que poderiam representar as políticas de estado, em sua ausência. Entretanto, os fatos mostram que essas estratégias independentes das firmas privadas não constituem um conjunto coerente que garante a estabilidade de uma nova ordem. Elas, ao contrário, geram o caos e, por isso, revelam a exatamente a vulnerabilidade dessa mundialização que, por esse motivo, será recolocada em questão. (AMIN, 2006, p. 135)

Embora afete duramente todos os países, o impacto político da ascensão neoliberal é sentido com muito mais intensidade nos periféricos. Decerto, partidos de direita e extrema-direita cresceram em todo o mundo. Em alguns países centrais, representantes desses partidos ocupam posições de crescente importância nos parlamentos (Áustria, Itália, Alemanha, França); em outros, elegeram presidentes, cujo caso mais emblemático é o da mais consagrada democracia ocidental, os Estados Unidos, que, em 2016, elegeu um presidente que flerta abertamente com ideias segregacionistas e autocráticas. O mesmo presidente que, mesmo tendo sido agora eleitoralmente derrotado por Joe Biden e sua tradicional plataforma liberal, conseguiu uma votação expressiva e mantém o país sob a espreita da extrema-direita. No leste europeu, Hungria e Polônia têm governos de extrema-direita que impuseram uma ampla regressão nos direitos civis e políticos. Nas franjas da Europa, a Turquia está

na mesma condição. Rússia e outras ex-repúblicas soviéticas têm democracias com fortes traços autocráticos, nas quais os direitos civis e políticos são bastante restritos. Na América Latina, na qual muitos países amargaram décadas de regimes militares (1960/80), os últimos anos foram marcados pelo fim da chamada “onda progressista” (anos 2000). Por meio de eleições (Argentina, Uruguai, Chile, Peru), golpes jurídico-parlamentares (Honduras, Paraguai, Brasil) ou militares (Bolívia), houve a substituição de governantes de centro ou centro-esquerda por representantes das frações mais truculentas da direita tradicional (Macri, Piñera) ou da extrema-direita (Bolsonaro, Jeanine Áñez). E, embora sejam um alento, as recentes eleições de Hernández (Argentina) e Luís Arce (Bolívia) e as mobilizações populares chilenas que culminaram numa Assembleia Constituinte não foram suficientes para reverter a conjuntura política e, muito menos, o quadro de retrocesso social da América do Sul. Portanto, em meio a idas e vindas eleitorais, nada indica a abertura de uma conjuntura política favorável às forças populares e à efetivação de suas demandas.

Esse contexto de predomínio de neoliberais e da extrema-direita é um gravíssimo problema para a esquerda e as massas populares. Porém, se a sua gravidade não pode ser negligenciada, ela também não pode ser sobrestimada e, muito menos, motivo para a criação de ilusões em saídas de composição com forças políticas comprometidas com a eliminação das conquistas democráticas substantivas. A necessidade de articulação das liberdades formais com conquistas materiais é o motivo pelo qual as democracias liberais nunca foram a forma dominante dos estados burgueses nos países periféricos e semiperiféricos. Neles, estados democráticos são, com raríssimas exceções, relativamente recentes e muito instáveis, tendo se generalizado como forma política somente dos anos 1990 para cá. Ou seja, justamente com o fim da guerra fria e da “ameaça socialista”.

Na verdade, se formos rigorosos, estados democráticos também são exceções na história dos próprios países capitalistas centrais, basta lembrar que a tão celebrada democracia estadunidense aceitava o tratamento dos negros como cidadãos de segunda classe até os anos 1950/60. Nesse sentido, se, como lembra Wendy Brown (2017, s. p.), o momento atual é de ocaso das democracias ocidentais – “ao final da Guerra Fria, enquanto os especialistas celebravam o triunfo mundial da democracia, se desatava uma nova forma de razão governamental no mundo euroatlântico que inauguraria a demolição conceitual da democracia e sua evisceração substantiva” –, é certo também dizer que as democracias foram (e são) uma forma política excepcional na história das sociedades capitalistas e, pelo curso dos acontecimentos recentes, não há nenhum motivo para crer que algum dia elas serão globalmente dominantes ou temporalmente duradouras. Como o neoliberalismo parece indicar, sem um outro que as ameacem – no caso, os movimentos e forças

socialistas –, as classes dominantes das sociedades capitalistas centrais sentem-se suficientemente fortes para minar os aspectos mais universalistas e substantivos das democracias burguesas e, com isso, aprofundar o seu caráter primordialmente instrumental – isto é, mantê-las de modo mais aparente do que real. Inclusive, o espetacular crescimento econômico da China pode ser não a esperança (cultivada pelos democratas) de democratização do país aos moldes dos países capitalistas centrais, mas, para as classes dominantes destes, a mais reluzente expressão da possibilidade de compatibilização entre acumulação, crescimento da complexidade econômica e social e predomínio de formas autocráticas de governo.

Enfim, não apenas a esperança econômica dos desenvolvimentistas dos anos 1950-60 não se realizou com a industrialização como a reação neoliberal ainda expôs completamente os simulacros de democracia burguesa dos países periféricos e despedaçou as ilusões na consistência econômica e nas tendências democratizantes e redutoras da desigualdade do capitalismo dos países centrais. Com isso, foram corroídos os atributos das democracias burguesas concernentes com certas liberdades e direitos civis e, assim, com qualquer compromisso e ilusão que, sob força das circunstâncias, elas tenham nutrido em relação a ideias e práticas de “justiça social”. Eis o que a esquerda teima em não enxergar – ou teme fazê-lo.

Considerações finais

Se a industrialização de alguns países alimentou as expectativas dos teóricos do desenvolvimento no imediato pós-guerra sobre o futuro dos países periféricos e a possibilidade de superação da desigual divisão mundial do trabalho, a qual condenava alguns a exportadores de matérias-primas e, outros, a usufruírem as benesses da produção e exportação de produtos industrializados, o esgotamento do “ciclo sistêmico de acumulação norte-americano” (ARRIGHI, 2013), o deslocamento do eixo industrial e econômico global para o leste asiático, a crise dos anos 1970/80 e a reação neoliberal os levaram à estagnação da industrialização ou, no máximo, ao crescimento de indústrias de baixo incremento tecnológico ou de montagem de produtos sem o correspondente domínio da produção dos componentes mais complexos. Fora do novo centro da acumulação do capital (o leste asiático), países como Argentina, Brasil, México, África do Sul e outros, mesmo que o crescimento econômico absoluto tenha ampliado a sua participação na economia mundial, estagnaram ou regrediram, em termos proporcionais e qualitativos, ante o pouco conquistado no ciclo industrializante. E mais, também tiveram esse decepcionante desempenho quando a renda *per capita* é comparada àquela dos países centrais.

Não bastasse essa “modernização” reprodutora das fragilidades econômicas – portanto, da dependência tecnológica e financeira em relação aos países centrais –, outros problemas estruturais também foram apenas reciclados, mas não resolvidos. Para mais ou para menos, esses países mantiveram praticamente inalteradas as suas enormes desigualdades internas na distribuição da renda e do patrimônio, assim como, em países como o Brasil, pouco ou nada mudaram em relação às desigualdades regionais. Igualmente, as expectativas de construção de sociedades mais democráticas não se realizaram com o fim as ditaduras militares e, mais recentemente, também naufragaram com a ruína da “onda progressista” sul-americana, a eclosão dos golpes jurídico-parlamentares, a permanência de regimes civis e militares autocráticos e a ascensão da extrema-direita em diversos países. Mesmo num país de desempenho econômico excepcional, que o alçou à condição de potência global, como é o caso da China, as desigualdades não foram resolvidas e nem amenizadas; ao contrário, foram agravadas. Esses, portanto, são apenas alguns exemplos de como aqueles graves problemas econômicos, sociais e políticos denunciados nos anos 1950/60 não foram eliminados, mas reproduzidos em nível superior – isto é, não em países agrários, mas industriais e urbanos. E mais, continuam a sê-lo com intensidade num contexto em que a reação neoliberal tem ampliado as desigualdades e arruinado a democracia nos próprios países centrais.

Diante disso, uma questão feita no início precisa ser recolocada: é racional manter a expectativa de superação desses graves problemas dos países periféricos sob o império do capital?

Num posicionamento radical ante o problema e sendo fiel às contribuições teóricas de Marx, István Mészáros sustenta que não há qualquer possibilidade de enfrentar os graves problemas das sociedades capitalistas (centrais ou periféricas) e pós-capitalistas sem que uma real “alternativa socialista” se imponha e, com ela, ocorra a superação de três contradições fundamentais da relação-capital: “entre produção e controle, produção e consumo, produção e circulação” (MÉSZÁROS, 2002, p. 115). E, embora não possa surgir pronta das entranhas dessa relação, essa superação constitui o âmagô – e, portanto, objetivo a ser permanentemente buscado – de qualquer mudança social radical. Todas as alternativas a esta podem implicar/induzir mutações nas formas e dinâmica na reprodução do capital, inclusive com deslocamentos em seu centro geográfico, como demonstram as pesquisas de Wallerstein e Arrighi sobre os ciclos sistêmicos de acumulação – de Gênova à Holanda, desta à Inglaterra, aos Estados Unidos e, agora, ao leste asiático. Ocorre que, deslocando-se de um lado a outro e alternando as suas configurações sociais e políticas (do capitalismo ao pós-capitalismo, passando pelas diversas articulações entre livre-comércio e intervenção estatal), as experiências socialdemocratas e pós-capitalistas do século XX demonstram

que, apesar de algumas restritas e agora cambaleantes “ilhas de prosperidade” (Europa do norte), os efeitos deletérios do domínio do capital permanecem em âmbito global – da desigualdade à crise ambiental, passando pela colossal dilapidação de riquezas materiais e humanas – sob a regência de seu infinito e incontrolável processo de autovalorização. Sendo assim, em oposição ao lema da dama de ferro do neoliberalismo – *There is not alternative!* –, Mészáros considera que há alternativa. Porém, essa alternativa não passa pela ilusão desenvolvimentista de controlar o capital, mas por sua supressão. Como? Eis a questão.

Referências bibliográficas

- ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. *Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2010.
- AMIN, Samir. *Os desafios da mundialização*. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2006.
- AMSDEN, Alice H. *A ascensão do “resto”: os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- ANDERSON, Perry. *Duas revoluções: Rússia e China*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- ARNDT, H. W. Development: A demantic history. *Economic Development and Cultural Change*, v. 29, n. 3, pp. 457-66, 1981.
- ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- _____. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- BARAN, Paul. *A economia política do desenvolvimento*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- BRANDÃO, Carlos A. *Teorias e políticas de desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro, Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2018.
- BROWN, Wendy. *In the ruins of neoliberalism*. New York: Columbia University Press, 2017.
- CHAHOUA, Wang. O partido e sua história de sucesso: uma resposta a *Duas revoluções*. In: ANDERSON, Perry. *Duas revoluções: Rússia e China*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- CHASIN, J. A “politização” da totalidade: oposição e discurso econômico. *Revista Temas de Ciências Humanas*, nº 2, São Paulo, Grijalbo, 1977.
- DUARTE, Paulo. Soft China: o caráter evolutivo da estratégia de charme

chinês. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, pp. 501-29, dez. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292012000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 ago. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-85292012000200005>.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

FERREIRA, Luiz Pinto. *Sociologia do desenvolvimento*. 5. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1993.

FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *Análise do “modelo” brasileiro*. 5. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

GALA, Paulo. *Complexidade econômica: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações*. Rio de Janeiro, Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2017.

HERNÁNDEZ, H.; GRASSANO, N.; TÜBKE, A.; AMOROSO, S.; CSEFALVAY, Z.; GKOTSIS, P. *The 2019 EU industrial R&D investment scoreboard*. Publications Office of the European Union, Luxembourg, 2020.

JABBOUR, Elias Marco Khalil. Projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado na China de hoje. São Paulo. 389 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2010.

KROEBER, Arthur R. *Chinas’s economy: what everyone needs to know*. New York: Oxford University Press, 2016.

LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

LÖWY, Michel. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. *Revista Outubro*, São Paulo, n. 1, pp. 73-80, 1998.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONASTÉRIO, Leonardo; EHRL, Philipp. Colônias de povoamento versus colônias de exploração: de Heeren a Acemoglu. *Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 37, n. 72, pp. 213-39, mar. 2019. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/71287>>. Acesso em: 24 jun. 2020.

MOREIRA, Sandrina B.; CRESPO, Nuno. Economia do desenvolvimento: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento. *Revista de Economia*, v. 38, n. 2, ano 36, pp. 25-50, maio/ago. 2012.

NAYYAR, Deepak. *Developing countries in the world economy*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

NIKITIN, P. *Fundamentos de economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

NOVACK, George. *A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade*. Rabisco Criação e Propaganda Ltda, 1988. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/novack/1968/lei/index.htm>> Acesso em: 15 mai 2020.

PEREIRA, Luiz Bresser. *Economia brasileira: uma introdução crítica*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PIKETTY, Thomas. *O capital do século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

REINERT, Erik S. *Como os países ricos ficaram ricos... e porque os países pobres continuam pobres*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

STUENKEL, Oliver. *Como funciona o soft power chinês, segundo este autor*. [Entrevista concedida a] João Paulo Charleaux. Nexo Jornal, 16 jun. 2019. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2019/06/16/Como-funciona-o-soft-power-chin%C3%AAs-segundo-este-autor>> Acesso em: 20 jul. 2020.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. *Capitalismo histórico & civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

_____. *Análisis de sistemas-mundo: una introducción*. México: Siglo XXI, 2005.

Como citar:

GASPAR, Ronaldo Fabiano dos Santos. Capitalismo periférico: do desenvolvimento atrofiado à reiteração das desigualdades globais. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 26, n. 2, pp. 432-64, jul./dez. 2020.

Data do envio: 9 set. 2020

Data do aceite: 2 dez. 202

